

LIBANIO João Batista: *Eu creio, nós cremos*: Tratado da fé. São Paulo: Loyola, 2000. 478 pp., 22,5 X 16 cm. Coleção Theologica ISBN: 85-15-02093-9.

Mais uma vez, as faculdades e institutos de Teologia do Brasil contam com uma significativa contribuição para seus cursos de Teologia Fundamental. Sempre lidando com a escassez de bons textos e sobretudo bons manuais em português, trata-se de uma enorme ajuda o lançamento recente, pelas Ed. Loyola, do livro "Eu creio, nós cremos. Tratado da fé", do conhecido teólogo jesuíta J.B. Libanio.

O autor é bem conhecido por sua abundante produção bibliográfica, publicada em português e traduzida em várias línguas. Vem, além disso, publicando regularmente sobre temas ligados à Teologia Fundamental (cf. *Formação da consciência crítica*, Petrópolis: Vozes, 1981; *Teologia da Libertação*: roteiro didático, São Paulo: Loyola, 1987; *Fé e Política. Autonomias específicas e articulações mútuas*, São Paulo: Loyola, 1985). Mais recentemente, na década de 90, publicou dois livros que cumpriram, então, o papel de manuais para professores e alunos do tratado de Teologia Fundamental: *Teologia da Revelação a partir da modernidade*, São Paulo: Loyola, 1992; com A. MURAD, *Introdução à Teologia*: perfil, enfoques, tarefas, São Paulo: Loyola, 1996.

O livro que ora resenhamos é composto na mesma linha destes dois

últimos. Pretende oferecer um manual para o curso de Teologia Fundamental, já que, na Introdução, se refere explicitamente a um curso, situado no primeiro ciclo de uma Faculdade de Teologia (p. 9). E o autor deixa claro que seu objetivo é oferecer uma formação básica teórica de natureza sistemática da teologia da Igreja Católica (cf. p. 9).

A estrutura e composição do livro obedece aos mesmos critérios de didática e clareza dos dois anteriormente citados. Após o tema desenvolvido em cada capítulo, o leitor pode encontrar, no final, uma bibliografia temática cuidadosamente selecionada e didaticamente organizada, separando artigos de livros, e livros básicos de livros complementares. Encontrará, além disso, sugestões de dinâmicas de aprofundamento, com breves textos sugeridos, a fim de poder verificar o grau de assimilação daquilo que foi lido e apreendido. Ao final, um roteiro de auto-avaliação do curso e outro de avaliação objetiva e coletiva, seguido de uma série de frases significativas sobre o tema da fé permitem a professores e alunos verificar o aproveitamento do percurso andado.

Este recurso — característico dos manuais de teologia produzidos por J.B. Libanio — será de grande ajuda

para professores e alunos de Teologia Fundamental, que terão ao alcance das mãos e dos olhos os instrumentos para trabalhar e fazer caminhar o processo pedagógico do curso. Mesmo enriquecidas e modificadas de outras maneiras e com outros elementos, as presentes sugestões servirão como ponto de partida da organização didática.

Quanto ao conteúdo da obra, dividida em três grandes partes: I. *Eu creio*; II. *Nós cremos*; III. *Desafios atuais*, encontra-se repartida equilibradamente, sendo que as duas primeiras partes — mais longas e alentadas — fornecem fundamentação, respectivamente, para a dimensão pessoal (*Eu creio*) e eclesial (*Nós cremos*) da fé; e a terceira apresenta três dos grandes desafios com os quais a fé cristã é confrontada hoje: a importância da perspectiva holística e ecológica que se sucede a uma perspectiva mais antropocêntrica na análise da experiência de fé (*Fé cósmica*); o diálogo inter-religioso (*O diálogo entre as religiões*); e a perspectiva da libertação, que traz para o centro da reflexão a interação entre fé e política (*Nós cremos na perspectiva da libertação*). Neste último, o autor retoma e amplia a reflexão já feita e publicada em seu livro de 1985, *Fé e política*, por nós já citado aqui.

Em relação aos livros recentes publicados sobre o tema, o livro de J.B. Libanio merece alguns destaques:

1. Parece-nos de vital importância e autêntica ajuda para professores e estudantes de hoje os quatro primeiros itens da primeira parte, que analisa a passagem da experiência de fé dentro de um contexto sociologicamente cristão para a complexidade do contexto moderno e/ou pós-moderno, na sua complexidade de secularização, ateísmo, indiferentismo religioso e

eclosão de um “novo” sagrado. Parece-nos que a reflexão que o Autor aí faz sobre toda a questão da nova subjetividade e experiência é de fundamental importância não só para o estudo do Tratado da Teologia Fundamental, mas para todos os temas da Teologia Sistemática que virão no decorrer do curso que se seguirá a este primeiro passo.

2. O Autor dedica importantes páginas (em número e em qualidade) à dimensão trinitária da fé. Embora a “consciência” trinitária da Teologia vá crescendo consideravelmente nos últimos anos, é confortador ver já desde o tratado da Teologia Fundamental uma sólida reflexão sobre tal dimensão, que configura todo o edifício da fé cristã, e prepara para a reflexão sobre o mesmo mistério trinitário, que virá no decorrer do mesmo curso.

3. Na segunda parte, é muito feliz o enlace que o Autor realiza com o Tratado da Revelação, retomando as categorias fundamentais de inspiração, inerrância e canonicidade. Isto permite ao estudante de teologia compreender os dois tratados tal como são e devem ser: ou seja, um único e mesmo tratado com duas partes distintas e situar sua experiência de fé, única e irrepetível dentro da grande corrente de fé da Igreja.

4. Os desafios atuais selecionados por J.B. Libanio são igualmente de extrema felicidade. Trata-se, certamente, das três mais importantes questões com as quais a fé deve se defrontar no mundo de hoje, complexo e pluralista. A abordagem do autor dá adequada conta da novidade do desafio e abre pistas para que o leitor e a comunidade teológica possam continuar a reflexão a partir do caminho aberto e traçado. Restaria por acrescentar, a nosso ver, o

desafio da emergência do laicato e dentro dele, da mulher, como novo protagonista visível da fé na Igreja. Parece-nos ser um tema relevante e um desafio mordente. No entanto,

espera-se que outros, na esteira de J.B. Libanio, possam debruçar-se sobre ele.

*Maria Clara Lucchetti Bingemer*

GONZÁLEZ de CARDEDAL, Olegario: *La entraña del cristianismo*, Salamanca: Secretariado Trinitario, 1997. 952 pp., 23 X 15,5 cm. ISBN 84-88643-33-0.

O livro é uma apresentação global do Cristianismo, em seus elementos e princípios essenciais, a partir de sua raiz e na sua estrutura originária, levando em consideração o seu conteúdo teológico, a sua gênese histórica e sua significação existencial. É assim que o A. descreve sua intenção fundamental.

Esta obra se insere numa tradição que desde o século XVI vem indagando pela essência do Cristianismo, sobretudo depois de tanto tempo em que acumulou gigantesca quantidade de elementos culturais. O A. evita a palavra "essência" por julgá-la vinculada ao mundo das coisas, enquanto o Cristianismo remonta, em seu núcleo fundamental, a uma pessoa. Por isso, prefere o termo "entranhas". Enquanto a teologia francesa valoriza mais a dimensão histórica, a teologia alemã valoriza a conceitualização filosófica; a teologia espanhola focaliza a intencionalidade pessoal, mostrando a profunda comunhão de destino entre Deus e o ser humano, a dimensão encarnatória e entranhável do Cristianismo.

A trajetória do livro parte desse enraizamento de Deus e do homem em Cristo, para subir até às manifestações históricas do Cristianismo. É esta raiz que torna inteligível a riqueza de tantas instituições e situações que daí surgiram. Como tarefa

da teologia de hoje, o A. entende tentar a superação das distâncias existentes entre história e dogma, enquanto relato evangélico e pensamento metafísico, piedade individual e pertença à Igreja, vivência histórica e vivência cristã, articulando ambos os pólos.

O A. quer entender a trajetória da consciência moderna desde o Renascimento até nossos dias, e mostrar os conteúdos essenciais da fé em referência e diálogo com tal consciência. Parte da exterioridade histórica para chegar à interioridade pessoal, abrindo-se para o mais-além da metafísica. O Cristianismo pressupõe essas três ordens: transcendência, historicidade e interioridade; põe em jogo os dinamismos da pessoa: memória, inteligência e vontade; atualiza os três tempos do ser humano: passado, presente e futuro; e abre-se ao mistério de Deus como Princípio absoluto (Pai), como figura na história (Cristo), como Dom na interioridade (Espírito Santo). Esta é a lógica que determina as três partes do livro.

Não se trata de uma apologética demonstrativa do Cristianismo, nem mesmo dedutiva de seus princípios gerais a serem aceitos. O Cristianismo não necessita de demonstração teórica nem de verificação empírica, mas de uma interpretação intelectual e uma experiência real. Não se faz

nenhuma demonstração da fé, mas uma “mostração”. O livro quer ser uma ponte entre a teologia científica e a piedade cristã num estilo, segundo o A., “edificante, crítico e meditativo”.

Como se vê, é um programa grandioso pelas intenções e volumoso na concretização para além de 900 páginas. É um rico manancial teológico. Obra de um autor maduro de longa e respeitada carreira teológico-pastoral, concretizada em trabalhos reconhecidos.

Para exprimir essas três preocupações básicas da obra, o A. distingue três termos de uma mesma raiz: cristianismo, cristandade e “cristianía”.

Por cristianismo entende o princípio histórico teológico. É a realidade objetiva, derivada da pessoa de Cristo para o mundo enquanto fato histórico, proposta de verdade resultante da autodoação divina, determinação da existência humana e cunhagem do futuro. É uma religião universal, histórico-revelada, dogmática, escatológica, integral, comunitária, objetivada. Implica fatos históricos, verdade teológica e promessa escatológica anteriores.

A Igreja é mais que as realidades estruturais instituídas por Cristo mediante o Espírito e a ação dos apóstolos nos seus inícios. Ela assume figuras diversas ao longo da história por sua inserção nas culturas e sociedades. Ao longo de dez séculos, a Igreja assume uma realidade social. É a unidade religiosa e cultural dos povos do Ocidente, unidos por uma comunidade de destino e por interesses comuns, formando uma sociedade em que se engloba tanto o cultural e religioso, como o jurídico, econômico e político. Nesse momento, surge a Cristandade como a unidade formada por todos os batizados, determinada pelos mesmos princípios, regida pelos mesmos pastores e

príncipes, orientada aos mesmos fins. A Cristandade é a realidade formada por todos os povos cristãos que vão acrescentando um sentido de identidade e pertença comum à fé. É uma idéia, uma comunidade de nações, um âmbito territorial, um projeto espiritual, interesses históricos e econômicos. É mais e menos que o Cristianismo. A Cristandade é princípio comunitário institucional. É a figura histórica, a expressão pública verificável, a realidade coletiva e institucional que o Cristianismo toma quando deixa de ser uma palavra anunciada para ser uma palavra aplicada à vida e pensada.

Como projeto de unificação entre realidade humana e fermento cristão, a Cristandade tem no século XIII seu ponto mais alto com todas as suas contradições, sobretudo quando Evangelho e poder se desposam.

Para exprimir uma terceira realidade diferente, o A. forjou o neologismo castelhano “cristianía”. É o princípio subjetivo pessoal. É a realização pessoal e criadora da realidade cristã como vida e como vivência no sujeito que crê. O Cristianismo é somente real quando a autocomunicação de Deus ao ser humano chega a cada pessoa, e esta o acolhe. A Igreja está a serviço dessa realidade cristã.

O livro se divide em três partes, segundo a estrutura trinitária. Não é uma consideração de Deus em si mesmo, mas na sua relação com o ser humano. Começa traçando rápido itinerário da relação entre Deus e o homem. O Cristianismo presente é resultado de longo percurso, desde a vontade explícita de Jesus, passando pela história de vinte séculos de Igreja, cuja figura atual está marcada pelos séculos mais recentes da modernidade. Por isso, o A. estuda a história particular de Deus na Europa. Indica pontos fundamentais dessa história recente da relação entre o

homem e Deus. O ponto de partida é a autonomia do homem moderno. Em seguida, acena aos ateísmos metodológico, real e postulatório. No entanto, o homem é também memória, conhecimento e desejo de Deus. O final do processo produziu uma desnaturalização de Deus, com várias conseqüências, delineando assim uma tarefa específica para a teologia. Prosseguindo, o A. descreve o movimento oposto do “reclame de Deus” para fundar a moral, para suscitar as grandes criações e para integrar as tensões irreconciliáveis da existência.

Num capítulo ulterior, estuda-se a realidade de Deus. Na origem do Cristianismo está a revelação de Deus. Esta está intimamente associada no Ocidente à pessoa de Jesus e à Igreja. Só nessa interligação com Jesus e com a Igreja é que se pode falar de Deus. Religião que faz o núcleo da fé cristã. A modernidade introduz separação entre essas realidades, deslocando a objetividade das mediações para a subjetividade da consciência na vivência da fé.

No processo de compreensão de Deus, os ocidentais trabalham com duas instâncias: a história de Israel e a metafísica grega. A teologia cristã surge como resultado da integração dessas duas correntes de pensamento. Toda a história do Ocidente é uma explicitação desse encontro entre a metafísica grega e a história da salvação, a memória de Israel e o conceito da Grécia. O A. continua sua reflexão percorrendo pensadores da modernidade que marcaram a compreensão de Deus: Lutero, Descartes, Pascal, Hegel, Kierkegaard, S. João da Cruz, Kant. Ora apresenta o sujeito diante de Deus, ora a tensão entre razão natural e coração intuitivo, entre o Deus da certeza e o da moralidade.

Em outro capítulo, o A. retoma a grande questão levantada pelos modernos sobre a “essência do Cristianismo”. Aponta duas fases no estabelecimento do dado cristão: uma determinação objetiva de seu conteúdo dogmático diante do judaísmo e paganismo e a reflexão subjetiva na era moderna, quando já estavam perdidas algumas evidências objetivas da fé cristã.

Tendo esses dois pontos em mente, o A. segue o percurso histórico em que a determinação objetiva se estabelece no Novo Testamento, na Patrística e na Teologia Medieval. A outra vertente subjetiva tem seus inícios no final da Idade Média com os movimentos radicais de pobreza. O século XVI conta com as figuras de Erasmo e Lutero, na linha da busca do “puro evangelho”. O A. continua seu itinerário passando por Kant, Rousseau, Hegel, Schleiermacher, Harnack, indicando a novidade de cada um a respeito da questão da essência do Cristianismo. O século XX vive uma virada. Barth, Guardini, Bonhöffer são nomes desse momento. Unamuno merece um parágrafo à parte. A questão da “essência do Catolicismo” tem também sua história e encontra em F. Heiler, K. Adam e H. de Lubac momentos altos. O capítulo termina com a virada exegética da segunda metade do século XX e com o Concílio Vaticano II.

O lugar da Igreja é o assunto do quarto capítulo. Este é o um problema crucial da Igreja: por quê Igreja, para quê Igreja, quando o homem pode manter uma relação direta com Deus? Qual o por quê da Igreja para uma sociedade que atingiu a maioridade? O livro toca questões como: Jesus contra a Igreja; relação Igreja e mundo, passando pela identificação, oposição e encontro-colaboração a partir da diferença. O texto nem sem-

pre é transparente; às vezes tem sobrecarga de idéias.

Encerrando essa primeira parte, um capítulo apresenta o Cristianismo como caminho do homem a Deus e de Deus ao homem. Há intentos, já no final do século XIX (O. Wilde, Nietzsche) de buscar um caminho para além do Cristianismo e da modernidade, retornando à Europa pré-cristã. Antecipa-se à pós-modernidade. A consciência clássica, cristã e moderna tinham caminhos, metas e objetivos. A pós-modernidade rompe com esse universo de idéias e ideais. O A. não entra em definições da pós-modernidade. Apresenta duas respostas à pergunta sobre qual é a relação do homem pós-moderno com Deus: rechaço de Deus como um dos absolutos recebidos da modernidade européia egocêntrica e universalizante, ou silêncio, esquecimento de Deus.

A segunda parte trata de Jesus Cristo. O Cristianismo é antes de tudo a pessoa histórica de Jesus. Do reconhecimento dessa pessoa o Cristianismo nasce como proposta universal de salvação que se desencadeia pelo desvelamento da origem, e, pela antecipação do fim, uma nova compreensão do ser (metafísica), do ser humano (antropologia), de Deus (teologia) e do sentido de toda história (escatologia). O grande paradoxo do Cristianismo, que escandaliza a modernidade é ser um fato particular de alcance universal. Cristo é o Universal Concreto. O olhar cristão ora vai focar o concreto de Jesus (teologia francesa) ora seu universal (teologia alemã).

Um primeiro capítulo dessa IIª parte trata da figura de Jesus numa leitura histórica, teológica e soteriológica. Estuda os relatos, os fatos históricos e seu significado, sua condição judaica, sua mensagem sobre o Reino, suas parábolas, o significado de sua morte na cruz, sua

ressurreição e aparições, seu sentido e a força de seu Evangelho. Toca a questão da ruptura entre história e fé, na modernidade. Aprofunda em seguida a pessoa de Jesus como Verbo, profeta, taumaturgo, poeta, mestre, iniciador de uma comunidade de culto, mártir, ressuscitado, sacramento de Deus, modelo de vida, sua dimensão escatológica e cósmica. Cada item revela uma face desse homem-Deus plural que foi Jesus.

Terminando o capítulo sobre a figura de Jesus, dedica páginas à comunidade de vida a seu redor, desde seus inícios. Em relação a Jesus, existe a "analogia cristológica" entre a maiêutica e a dialética. Ele nos transcende (portanto, não se trata de maiêutica), mas se fez humano (portanto, não cabe a dialética). Conhecer a figura histórica de Jesus, aceitar sua doutrina, seguir-lhe o exemplo, crer na sua pessoa, estabelecer comunhão com sua vida, solidariedade com sua causa, participando de sua vida divina trinitária: eis como ser cristão.

No sétimo capítulo, o A. aborda a Eucaristia na seqüência da vida de Jesus. Seus seguidores recolhem os gestos de sua vida, recordam suas palavras e repetem o que ele fez na noite antes de ser entregue. Aí percebem o sentido da vida de Jesus como dom pela salvação da humanidade. A Eucaristia é criação de Jesus e recriação da Igreja, que assume toda a experiência do Jesus pré-pascal, o mandato da última ceia, a presença e a comensalidade do ressuscitado, a reunião dos discípulos, a experiência do Espírito, o envio missionário. Ela é a consequência última da Encarnação, aproximando-se ao máximo de nós.

Esta parte termina com um longo capítulo sobre o significado da morte de Cristo sob o expressivo subtítulo: símbolo, crime e mistério. E um

outro se concentra sobre as duas palavras primigênicas em torno das quais gira o Cristianismo: Deus e homem, Deus feito homem, amor de Deus e a Deus, ao Homem-Deus, ao próximo. Cada binômio encerra toda uma riqueza de reflexão. No fundo, o Cristianismo é a religião do Amor na sua ampla extensão.

A IIIª parte é consagrada ao Espírito Santo, a Igreja e ao Mundo. É claro que a Igreja e o mundo estiveram já presentes no livro sob vários aspectos. Agora recebem uma ênfase especial na parte dedicada ao Espírito, experimentado especialmente pela consciência cristã dentro da comunidade. Insere essa reflexão sobre o Espírito na história espiritual do Ocidente com suas vicissitudes, em que ora o Espírito é esquecido, ora é exaltado. Vê-o na compreensão de Deus, de Jesus Cristo, na sua presença depois da glorificação de Cristo. Retoma a imagem de Irineu, das duas mãos do Pai — o Filho e o Espírito. É o Espírito da promessa. O A. trabalha critérios para identificar e discernir sua presença, sobretudo na sua relação com Cristo. Termina o capítulo décimo relacionando o Espírito com a consumação do mundo.

Todo um capítulo é dedicado à atualização da Revelação, como obra do Espírito na sua função interiorizante, enquanto Cristo cumpre a função exteriorizante. As mediações atualizadoras da revelação tem condições objetivas e subjetivas. Aí a Igreja cumpre papel de relevo. Este capítulo termina com um parágrafo sobre a permanência na verdade e na ação no coração do mundo.

No capítulo XII, o A. estuda as relações entre Igreja e Sociedade ci-

vil, analisando as contribuições específicas da Igrejas e suas formas concretas.

O livro termina com um toque escatológico: o destino do homem e a vida no Espírito. Breve reflexão fecha o livro. Recolhe o itinerário percorrido, de pensar diante de Deus, de pensar a realidade a partir de Deus, de pensar o homem com Deus e pensar Deus tal qual ele se nos revelou no Filho e no Espírito Santo.

É uma obra material e teologicamente abrangente. O A. expõe toda uma visão teológico-sistemática, sob um prisma extremamente europeu, escrito a partir da Europa e para a Europa. Os grandes problemas que afetam o IIIº Mundo não são tratados, como a libertação dos pobres e o diálogo inter-religioso. O A. conjuga o conhecimento dos teólogos e filósofos clássicos e modernos. É homem de vasta cultura. Através de suas referências percebe-se sua preferência pelos clássicos gregos, pelos grandes teólogos da Antigüidade (Santo Agostinho), por Santo Tomás, pelos filósofos, teólogos, místicos modernos (Lutero, João da Cruz, Teresa de Ávila, von Balthasar, Rahner, Barth, Kant, Hegel, Guardini, Kierkegaard, Nietzsche, Ratzinger). Entre os modernos, predomina a presença dos pensadores da subjetividade; porém mais ausentes são os da dimensão crítico-social.

O livro oferece muito material para aprofundar temas concretos da teologia. É fácil de leitura. Abundante. Obra de consulta.

*João Batista Libanio SJ*

STARK, Rodney / BAINBRIDGE, William Sims: *The Future of Religion: Secularization, revival and cult formation*. Berkely / Los Angeles / London: University of California Press, 1985. 571 pp., 23 X 15,5 cm. ISBN 0-520-05731-7.

O livro tem teses provocantes sobre o futuro da religião e a secularização, criticando a corrente dos cientistas sociais incapazes de entender o fenômeno religioso. O anúncio do fim da religião foi simplesmente uma ilusão. A secularização é a corrente principal dos tempos modernos, mas não é um desenvolvimento moderno e não anuncia o fim da religião. Antes, a secularização é um processo que acontece em todas as economias religiosas, em todas as sociedades. A secularização cresce numa parte da sociedade, e noutra parte, em contraposição, acontece a intensificação religiosa; o ritmo da secularização ora cresce, ora decresce. As organizações religiosas dominantes tendem a "mundanizar-se", a secularizar-se. Porém o resultado não é o fim da religião, mas o deslocamento de chances entre as religiões como crenças, de modo que as mais "seculares" são suplantadas pelas religiões mais vigorosas e menos seculares.

A secularização é um dos três processos fundamentais e inter-relacionados que afeta constantemente todas as economias religiosas. O processo de secularização é autolimitante e gera dois processos contrabalançadores. Um deles é o "revival", reavivamento. As organizações religiosas que sofrem erosão pela secularização, deixam uma parte substancial de seu mercado para a demanda de uma religião menos secularizada; demanda esta que provoca surtos de seitas. A secularização estimula a inovação religiosa, provoca a formação de novas tradições religiosas. Sempre estão aparecendo novas religiões nas sociedades.

Os cientistas sociais falharam, seja por causa de seu desejo de que as religiões desaparecessem, seja por não reconhecerem o caráter dinâmico das economias religiosas.

Como se vê, são teses muito interessantes. A secularização é parte de um fenômeno religioso que é tanto ocaso como aurora. As fontes da religião estão se deslocando, mas a grandeza religiosa permanece relativamente constante. Os AA. trabalham com o conceito de religião dos estudiosos do século XIX, segundo o qual as religiões envolvem alguma concepção de seres, mundo e força sobrenaturais; o sobrenatural atua de modo que os eventos e as condições na terra sejam influenciados por ele. Entende a religião como organizações humanas comprometidas primariamente em prover compensações/retribuições gerais baseadas em crenças sobrenaturais.

Depois de trabalhar o conceito de religião, os AA. estudam as formas primárias de desvio dos movimentos religiosos: seitas e cultos, distintos das instituições religiosas ou igrejas. Entre os cultos, há os que são movimentos religiosos plenamente desenvolvidos e outros são grupos ou atividades que representam magia e não religião. Para entender os movimentos religiosos, os AA. examinam a mútua influência entre eles e seu contexto. Na Iª parte, dedicam-se à economia religiosa dos USA e Canadá, na sua diversidade de crenças, e à tensão entre elas. Descrevem também o ambiente sócio-cultural para entenderem a competição entre elas. Trabalham as variações regionais nas religiões convencionais.

Assim se prepara a análise para saber onde e quando as seitas e cultos prosperam.

Na IIª parte o estudo trata das seitas, explicando porque as organizações religiosas tendem a entrar em baixa tensão com seu ambiente e assim serem incapazes de prover compensações eficazes para a penúria como os "grupos em alta tensão" oferecem. Assim se entende as circunstâncias em que os cismas religiosos se desenvolvem — as seitas são grupos cismáticos que deixam um grupo de tensão baixa para formar um de mais alta tensão. Estuda-se também de onde e porque surgem os líderes das seitas. É raro que movimentos religiosos irrompam das seitas. Estas constituem ameaça crônica para as igrejas monopolistas. Os AA. estudam a Igreja medieval e seus muitos modos para recanalizar os movimentos sectários e responder às necessidades religiosas das pessoas. A Reforma não foi uma brusca ruptura na universalidade da Igreja católica. A Igreja nunca foi capaz de monopolizar as atividades religiosas nem de prover adequada magia ou eliminar competidores mágicos. Tudo isso culminou na Inquisição.

Ainda nesta parte, o A. estuda os movimentos de seitas nascidas nos USA: quantas, onde estão, seu tamanho, quantas crescem, quais são as mais comuns variedades. Em seguida, com o seu instrumental teórico, os AA. analisam os mecanismos que transformam seitas em igrejas.

A IIIª parte é dedicada aos cultos, como eles se formam. Baseados em 501 movimentos atuais de culto, os AA. se perguntam: onde florescem; os que se formam agora em comparação com o passado; se estão se tornando mais freqüentes. Estudam também grupos que não são (ainda) plenamente movimentos de culto. Analisam-se grupos que tiveram su-

cessos na década de 20, mostrando que os de hoje não têm nada de realmente novo na formação de novas religiões. A pesquisa se concentra, em seguida, em dois movimentos de culto atuais de muito êxito: Cientologia e Meditação Transcendental.

A IVª parte diz respeito ao recrutamento para as seitas e cultos. Como esses movimentos divergentes atraem novos membros? Emergem a importância das relações interpessoais para o processo de recrutamento, a relevância das crenças religiosas e ocultas para casais de amigos, o impacto dos números de conversões para a carreira dos líderes e sucesso dos cultos. Sem uma média alta, os fundadores de culto e seu círculo inicial de seguidores, provavelmente perdem ânimo depois de 20 ou 30 anos de esforço. Os cultos brotam, preferentemente, nas sociedades maiores, mas têm sucesso nas menores. O surto de crenças e movimentos ocultos se deve menos a uma nova espécie de "consciência" do que à fraqueza nas religiões convencionais. Pode-se concluir que nenhum secular sistema de sentido, provê explicações gerais sobre a vida como a religião fornece. A partir de informações dos freqüentadores de cultos, conclui-se que nas atuais conjunturas os cultos podem ter grande êxito no recrutamento de pessoas que são totalmente normais.

Na Vª parte, é feito um balanço de todos os temas tratados. Os AA. desenvolvem sua tese fundamental: a secularização, isto é, o enfraquecimento das organizações de muitas igrejas maiores, propicia inovação religiosa. O futuro não será um tempo sem religião, mas de novas religiões. Seitas e cultos surgem no vácuo criado pelas igrejas fracas. Baseados em dados de hoje e da década de 20, mostram como isto acontece. Vale para os USA como para o Canadá,

onde vigora outro sistema religioso. Tenta tal teoria na Europa, que é um outro contexto. Apesar de muitos cientistas sociais terem predito a falência da religião, as teses dos AA. são, porém, confirmadas também na Europa. Mostram como crenças naturalistas são incapazes de substituir crenças sobrenaturais, mesmo em contextos de movimentos políticos radicais, de estados oficialmente ateus. Tais políticos radicais são susceptíveis de freqüentar cultos e seitas. Movimentos políticos transformaram-se freqüentemente em movimentos religiosos bem desenvolvidos. Os AA. examinam porque estados totalitários e oficialmente ateus fracassaram nos esforços de erradicar a religião. “Martelar numa religião é

martelar um prego. Quanto mais forte, tanto mais ele penetra”.

As teses do livro são realmente provocantes, com toques de originalidade; permanecem atuais, mesmo tendo sido este livro escrito há 15 anos. Hoje aparecem ainda mais claramente muitas de suas teses. Seu campo principal de pesquisa foram os EE. UU. e o Canadá; porém muitas de suas conclusões valem para outros contextos, embora a base empírica venha de lá, pois revela seu interesse maior pela América do Norte. É lido, certamente com proveito, em nossos contextos, já que sofremos grande influência dos EE. UU.

João Batista Libanio SJ

TRESIDDER, JACK: *Symbols and their meanings*. London: Duncan Baird, 2000. 184 pp., 28, 5 X 20, 5 cm. ISBN 1-900131-98-6.

Antes de tudo, um livro graficamente muito belo. Edição luxuosa. Conjugação harmônica de pequenos textos com mais de 1000 fotografias artísticas e símbolos bem escolhidos, como o próprio título revela.

O A. explorou oito campos semânticos. O primeiro é a criação e nela o ser humano, masculino e feminino com seu corpo e partes. O segundo trata da mente, da alma e das realidades sobrenaturais. O terceiro abarca o mundo dos animais. O quarto é o reino vegetal. O quinto contempla os espíritos do cosmos. O sexto cataloga artes e artefatos. O sétimo recolhe modelos e realidades gráficas. Finalmente, refere-se aos grandes sistemas simbólicos religiosos, cabalísticos, numéricos. Em cada um desses campos significativos, o A. escolheu os símbolos que lhe pareceram mais importantes. Assim p. ex., no primeiro capítulo, além de

falar da criação, em geral, inclui a água, os gigantes (Titãs), o ovo de avestruz e cósmico; no princípio feminino trata da mãe, da mulher, da rainha, do losango, da Mandorla (auréola em forma de amêndoa), da Yoni (vulva), da concha; o princípio masculino é relacionado com o pai, o falo, o mastro de maio, a barba; a respeito do corpo, abordam-se a nudez, a boca, os dentes, o umbigo, a barriga, os intestinos, os pés, a língua ameaçadora, o cabelo — longo, madeixa, rabo de cavalo, corte, cor —, coração — ardente, traspassado —, sangue, cabeça — decapitada —, mão — direita e esquerda —, olho — terceiro olho, olho mau, múltiplos olhos —, prazo da morte — tempo do pai, da criança, longevidade, caveira, esqueleto, roda, cavaleiro da morte. Como se vê, um tema se associa a amplíssimas relações, a inúmeras simbologias. O mesmo procedi-

mento acontece nos outros campos semânticos.

Com efeito, as explicações, apesar de sua brevidade, passeiam por espaços culturais muito amplos. Não se restringem, nem de longe, ao mundo simbólico cristão. Frequentam as culturas antigas, primitivas e clássicas, sem deixar de aludir também a compreensões já de nossos tempos.

É livro de consulta. Permite o leitor aguçar seu sentido simbólico, ao descrever-lhe a enorme capacidade dos antigos de falarem por meio de símbolos. Num mundo, extremamente formalizado, matematizado e marcado pelas ciências positivas, um mergulho no universo simbólico de tantas culturas é altamente sadio. Livros como estes contribuem para despertar em nós todos a sensibilidade para apreciar os símbolos, além de fornecer dados de muita erudição.

Realidades que pertencem a nosso cotidiano e às quais nunca atribuímos nenhum valor simbólico, mas simplesmente funcional, se iluminam à luz de tradições culturais antigas numa perspectiva figurativa.

Não deixaria de ser interessante que pais e professores passassem para a geração nova a riqueza desses símbolos. Assim poderemos humanizar mais a nova geração e fazê-la mais crítica diante do aviltamento do símbolo no mundo da propaganda. O símbolo pertence às experiências da gratuidade, da estética, do religioso, enquanto o marketing é absolutamente interessado na venda de mercadorias. O símbolo eleva-nos, a propaganda faz-nos aterrissar no cotidiano dos objetos. Este livro serve para purificar-nos da intoxicação propagandística.

João Batista Libanio SJ

BOFF, Leonardo: *Depois de 500 anos que Brasil queremos?* Petrópolis: Vozes, 2000. pp., 127, 21 X 13,5 cm. ISBN 85.326.2328-X.

L. Boff sabe dizer coisas novas e provocantes sobre temas antigos. Este é um livro que veio para acordar as consciências acomodadas com o processo histórico do Brasil. Cansados de tantas lutas, desiludidos de tantas derrotas, acabrunhados por tantas estatísticas desanimadoras, os brasileiros, pouco a pouco, vão se acostumando com a triste sina de nossa história.

A lembrança dos 500 anos do Brasil terá a valência positiva ou negativa conforme for interpretada. Visto a partir da praia, onde estavam os nativos, o Brasil foi invadido e subjugado. Não se transformou numa nação, mas num entreposto comerci-

al e depois numa colônia para enriquecer a metrópole. A partir das caravelas, o Brasil só começou a existir com o descobrimento. Antes era a fase da barbárie. O Brasil visto a partir do Brasil é uma invenção, já iniciada e muito mais ainda a tomar corpo. Apesar de todas as oposições fez-se aqui um experimento civilizacional singular étnico-cultural com suas contradições. Tem tudo para dar certo, mas até agora foi vítima de uma elite gananciosa.

Encontra-se diante da alternativa de prolongar nesse novo patamar de globalização a colonização ou retomar a construção interrompida com inventividade.

Quatro invasões marcaram esse país: iniciou-se no século XVI com a colonização. No século XIX vieram os emigrantes europeus. A terceira se deu nos anos trinta do século XX, consolidando-se no regime militar por meio da industrialização moderna de substituição em estreita associação com o capital transnacional. Estamos vivendo agora a quarta invasão da globalização econômica com o neoliberalismo levando o Brasil a uma submissão ao mercado global.

No Brasil convive uma cultura da dominação por meio da reprodução dos centros do poder com uma cultura da resistência e da libertação dos setores dominados em vista da construção de uma cidadania popular e de um novo projeto alternativo.

A cidadania é uma realidade complexa que implica uma dimensão econômico-produtiva, político-participativa, popular, de solidariedade e consciência planetária.

Há vários projetos de cidadania. Há um projeto neoliberal de mundialização por meio do mercado, gerando uma cidadania seletiva. Há um projeto do capitalismo nacionalista mais inclusivo, mas com as contradições do capitalismo e um projeto da democracia social, popular de plena cidadania e solidariedade.

É necessário construir este último projeto Brasil alternativo e não uma cópia dependente dos centros financeiros e políticos. Devem-se trabalhar três eixos dialeticamente imbricados: a educação libertadora, a democracia integral e o desenvolvimento social. Propõe-se uma mudança de paradigma de desenvolvimento. A produção econômica é apenas para possibilitar um desenvolvimento cultural, social e espiritual do ser humano. A democracia deve ser vi-

vida em todos os níveis. O cidadão precisa dispor de poder, saber colaborar e auto-educar-se para a cidadania. A educação também deve ser integral. Uma educação da práxis.

Uma transformação profunda do país não se faz sem a articulação entre os pobres e a inteligência. Esta deve conscientizar-se de sua dívida social para com o povo. A universidade não pode permanecer fechada em si, mas ir ao encontro da sociedade. Está aí o desafio de criar um Brasil alternativo. Troca de saberes, horizonte utópico são ingredientes de tal projeto.

L. Boff termina o livro analisando a contribuição da dimensão espiritual nesse processo de gestar o novo Brasil. Articula uma visão mais ampla e profunda de espiritualidade com a base religiosa de nosso povo. Comparando com a Roma imperial, que assimilava as religiões dos conquistados, o Brasil poderá ser uma Roma tropical com sua enorme riqueza religiosa e com sua alma tolerante e sincrética. Além de construir-se, o Brasil pode contribuir para o processo de globalização com sua parte própria. Não se trata de sonhos quiméricos, mas possíveis.

O livro deixa uma mensagem de esperança e alento tanto mais necessária quanto mais se vive num desânimo globalizado diante do Leviatã neoliberal.

O livro pode ser utilizado com grande proveito nas escolas, nas discussões de grupos. Junto está uma pequena dinâmica com perguntas que facilmente se tornarão pólos de provocantes debates. Vale a pena conferir.

*João Batista Libanio SJ*

GUTIÉRREZ, Gustavo: *Teologia da libertação: Perspectivas*. Tradução do espanhol, nona edição, de 1996 por Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva e Marcos Marcionilo, São Paulo: Loyola, 2000. 366 pp., 21 X 14 cm. ISBN 85-15-02036-X.

GUTIÉRREZ, Gustavo: *Beber em seu próprio poço: Itinerário espiritual de um povo*. Tradução da edição peruana sem data por Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Loyola, 2000. 172 pp., 21 X 14 cm. ISBN 85-15-02035-1.

GUTIÉRREZ, Gustavo: *O Deus da vida*. Tradução da edição peruana de 1989 por Gabriel C. Galache SJ, e Marcos J. Marcionilo. São Paulo: Loyola, 1992. 239 pp., 21 X 14 cm. ISBN 85-15-002445-2.

GUTIÉRREZ, Gustavo, *A Verdade vos libertará: Confrontos*. Tradução da edição peruana de 1990 por Gilmar Saint'Clair Ribeiro. São Paulo: Loyola, 2000. 211 pp. 21X 14 cm. ISBN 85-15-02053-X.

O mercado dos livros segue, sem mais, as regras da oferta e demanda. E a demanda funciona muito à base de sensacionalismos, de ondas, de eventos-notícia. Assim houve tempo em que os livros produzidos pelos principais corifeus da teologia da libertação ocupavam a primeira linha de vendagem. Seus livros eram reeditados inúmeras vezes.

Este clima passou sobretudo em relação às obras diretamente ligadas à temática da libertação social e suas implicações. Por isso, muitos de seus títulos foram lentamente desaparecendo dos catálogos das editoras.

Eis que as edições Loyola querem ir na contramão do mercado e resolvem relançar, nos dias de hoje, as obras mais conhecidas de G. Gutiérrez. Tal gesto veste-se de outro significado que o mercadológico. Fez-me lembrar a mais lídima tradição judaica.

O livro do Êxodo prescreve a celebração da Páscoa. E oferece aos pais de família subsídios para poderem responder quando os filhos perguntarem: — “Que rito é esse que estais celebrando”? Então os pais dirão: — “É o sacrifício da Páscoa

para o Senhor que passou diante das casas dos filhos de Israel no Egito, quando golpeou o Egito e libertou nossas casas” (Ex 12, 26s).

Assim a geração de amanhã nos perguntará: — “Que é teologia da libertação”? “Quem foi Gustavo Gutiérrez”? Os pais poderão responder, compulsando essas obras reeditadas pela Loyola: a teologia da libertação nasceu por volta dos anos 70 numa situação difícil para os pobres e queria pensar a fé cristã em vista da libertação deles; e houve um teólogo peruano que colocou essas primeiras reflexões no papel, dando início a todo um novo método de fazer teologia; esta teologia cresceu e vicejou durante décadas, sofreu muitas incompreensões dentro e fora da Igreja; seus principais teólogos foram perseguidos; armaram-lhes processos; tiveram que silenciar-se; foram alijados de encontros importantes, simplesmente porque pensavam assim. E a história então poderá ser contada, recontada.

Vejo esses quatro livros de G. Gutiérrez como uma memória dessa caminhada. Evidentemente *Teologia da libertação* é o livro fundante. Deu

as coordenadas para os teólogos seguintes irem elaborando seus livros. Livro programático. Vale a pena sempre voltar a ele. A distância não o desatualiza, mas faz-nos captar o momento-nascente da teologia da libertação.

*Beber em seu próprio poço* aponta para a espiritualidade que é a alma de qualquer teologia. Tanto mais importante foi esta obra quanto mais se acusava de a teologia da libertação ser uma sociologia, não ter espiritualidade nem mística. No máximo aceitavam que fosse uma teologia fundamental, mas nunca uma teologia que irrigasse todos os campos da teologia da mina pura da experiência que o povo pobre faz de Deus e se torna exemplar para todos nós.

*Deus da vida* é o oposto da opressão, da dominação sobre os pobres. É Ele que está sempre ao lado dos pobres num imenso protesto contra tanta morte. Nada tão atual quando a caravana que conduz os pobres a uma maior pobreza ainda continua comandada por novas forças, mas sempre ligadas ao capital. Tenha o nome que tiver.

*A Verdade vos libertará.* Livro que sintetiza muito do pensamento do A. quando quis apresentar suas idéias diante de uma banca para a obtenção do doutorado. Obra madura. É a teologia latino-americana apresentando-se em nível de igualdade diante da *intelligentzia* teológica européia.

Reeditar esses livros, não deixá-los desaparecer dos olhos, é querer manter acesa a lâmpada da libertação quando tanto se faz para apagá-la. Considero esses livros clássicos. A palavra "clássico", na sua etimologia, vem muito bem a calhar com o sentido dessas obras. *Classicum* é o toque da trombeta. É a mesma raiz de "jubileu" em hebraico.

Toca-se a trombeta para anunciar boas notícias ou maus agouros. O binômio que sempre acompanhou a obra de Gustavo Gutiérrez foi: "denúncia" e "anúncio". Ele toca a trombeta denunciando a injustiça sob as suas mais diversas formas. Mas nessa injustiça preocupa-lhe a sorte dos pobres. Há injustiças entre os próprios ricos. Roubam-se mutuamente. Mas eles sabem se defender. E como!

Dói-nos quando a injustiça atinge a viúva, o órfão, o desprotegido. A quem recorrer? G. Gutiérrez tem um pequenino livro com o provocante título: *Onde dormirão dos pobres?* Ele se inspira em belíssima passagem do Êxodo em que Deus se prontifica a ser o defensor dos pobres.

O *Classicum* anuncia a libertação dos pobres. Vem despertar os adormecidos diante de realidade tão gritante.

Clássico tem a ver também com "classe", "sala de aula". Os "clássicos" são aqueles livros que merecem em todo tempo ser lidos pelos alunos. Estão os grandes filósofos Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Santo Tomás, etc. para testemunhar a verdade de ser um clássico. Suas obras até hoje são lidas, comentadas, estudadas.

Dentro da simplicidade e pobreza de nosso universo teológico latino-americano, estas obras de G. Gutiérrez merecem o nome de "clássicos". Merecem ser sempre compulsadas pelos alunos para aí encontrarem a inspiração primeira do que foi um dos momentos mais gloriosos e originais de nossa teologia. Por esse lado, são obras que necessitam ser sempre reeditadas, independentemente das ondas mercadológicas.

Com alegria e esperança saudamos esta retomada editorial para manter viva a memória dos inícios da teologia da libertação! E como a

pobreza continua a crescer, os pobres se multiplicam e são ainda mais excluídos, o acicate da teologia da libertação se faz absolutamente necessário para manter despertas as energias espirituais de compromisso com os pobres. O esquecimento dos pobres é o esquecimento do Deus dos pobres, do Jesus crucificado. Assim

entendeu Paulo como ponto central de seu confronto de fé com Pedro: "Apenas teríamos de nos lembrar dos pobres, o que eu tive muito cuidado de fazer" (Gl 2, 10).

João Batista Libanio SJ

DELUMEAU, Jean: *Que reste-t-il du paradis?* Paris: Fayard, 2000. 535 pp. 23,5 x 15,5 cm. ISBN 2-213-60714-9.

O A. dá prosseguimento a sua pesquisa anterior sobre o medo (*La Peur en Occident. XIV-XVIII siècles*, Paris, Fayard, 1978; tradução brasileira: *História do medo no Ocidente 1300-1800*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989; *Le péché et la peur*, Paris: Fayard, 1983) e o sentimento de segurança (*Rassurer et protéger*, Paris: Fayard, 1989; *L'Aveu et le pardon*, Paris: Fayard, 1990). Fechando a trilogia, dedica-se ao tema do paraíso, sobre o qual escreveu a história (*Une histoire du paradis: Le Jardin des délices*, Paris: Fayard, 1992) e mil anos de felicidade (*Mille Ans de bonheur*, Paris: Fayard, 1995). Encerrando o projeto, temos este livro.

Estas obras do A. refletem vastíssima pesquisa de material abundante de iconografia, hinos litúrgicos, visões narrativas, textos místicos, imagens, obras de arte, poesias, etc. Ele mostra como o paraíso não é nenhum tema insípido, enquanto que o medo, o inferno teriam sido temas muito mais carregados de emoção e bem trabalhados. Restringe-se ao paraíso cristão. Material já abundantíssimo e de muita beleza. A esperança cristã de uma eternidade de felicidade sustentou uma civilização inteira durante longo período.

A abundância do material mostra a relevância do tema. O livro quer

ser uma reabilitação do paraíso cristão, da beleza e da variedade das obras em todos os gêneros que ele fez surgir e também da inspiração religiosa que permitiu concebê-las.

Não há contradição para o A. entre esta obra e as anteriores que carregaram as tintas escuras. São dois discursos que conviveram por muito tempo. O A. estuda as obras de artes, convencido de que elas não são redutíveis simplesmente à arte pela arte, nem são simples divertimento de artistas geniais. Estão cheias de alusões complexas, traduzindo o sobrenatural. Devem ser lidas no código religioso, como ele tentou fazer.

Mesmo que haja dependência da arte em relação aos textos bíblicos, ela não é servil. A imagem tem sua especificidade e autonomia. O livro não é uma história da arte, mas ensaio a respeito do imaginário paradisíaco e uma tentativa de iluminar o modo como a esperança se inseriu num contexto cultural em constante evolução. Importante é ver a influência da música, da nova astronomia na visão do paraíso.

O livro divide-se em quatro partes: Ofuscamento, felicidades, transformações e desconstrução, com sinal interrogativo. O livro detém-se sobre o estudo do belíssimo quadro:

O Retábulo do Cordeiro Místico de J. – H. Van Eyck (1432) – (Gand, Bélgica), nas suas duas primeiras partes. Aí se descreve pormenorizadamente o país da felicidade eterna a partir dos escritos fundadores, das visões e das narrativas de viagens no além. Como os textos em ligação com o retábulo revelam, este constituiu verdadeira suma das certezas paradisíacas que se somaram desde o início da era cristã até o século XV.

As representações do além entrelaçam-se com a civilização de modo que as suas transformações as afetam. Sob o título de transformação, o A. estuda especialmente a influência da promoção da música, o uso da perspectiva, o êxito prodigioso das cúpulas, o nascimento do protestantismo e da ciência moderna sobre o destino do paraíso. Houve um momento em que o céu e o paraíso já não coincidiram. A partir do século XVIII o além já não se exprimiu em forma de figuras. E o A. pergunta-se pelo significado e conseqüências de tal mudança.

No decorrer da história do Ocidente, o A. mostra como o sobrenatural e o real concreto se implicaram mutuamente. O sobrenatural informava o cotidiano e por sua vez o

mundo terrestre povoava com suas imagens o mundo celeste. A imagem religiosa se referia ao sagrado. Depois, a partir do Renascimento, ela entrou no campo da arte, insinuando-se uma laicização crescente em todos os domínios. A revolução científica do século XVII colocou o céu e a terra sob as mesmas leis. O céu deixou de ser o “lugar de Deus”. O paraíso começou desde então a ser pensado como “não-lugar”. A fé cristã assumiu esta visão do “não-lugar”, mas não lhe negou a realidade, fazendo dele o futuro para além da morte por meio da ressurreição.

A perda da representação do céu foi pesada. O cristão hoje é chamado a compensá-la pela esperança da realização das promessas de Jesus que vão desde as bem-aventuranças até a ressurreição.

É escusado dizer que se trata de uma obra monumental, produzida por um dos maiores historiadores católicos da atualidade. O leitor delicia-se com a riqueza de informações. As análises são profundas, originais, oferecendo uma idéia ampla sobre o tema do paraíso na simbologia cristã.

João Batista Libanio SJ

BROCKELMAN, Paul: *Cosmology and Creation: The spiritual significance of the contemporary cosmology*. New York / Oxford: Oxford University, 1999. 194 pp., 21,5 X 14,5 cm. ISBN 0-19-511990-8.

Tema muito atual e provocante. O A. tece três narrativas sobre a origem e realidade do mundo. Narrativas que pretendem responder as perguntas básicas: como as coisas vêm à existência? Como elas vêm a ser o que são? Como o futuro pode oferecer-nos uma direção satisfatória? Toda comunidade necessita de uma

narrativa. E hoje necessitamos de uma. O A. se pergunta: qual é a estória (story) que o universo nos conta?

Inicia-se com a narrativa tradicional apresentada na versão bíblica do livro de Gênesis. É o relato da criação muito conhecido. Alude a outras narrativas religiosas mitológicas. Nelas as culturas antigas descobri-

am a amplidão da realidade em que viviam, o sentido e destino de suas vidas. Com a distinção do duplo nível sagrado e profano nos mitos, mune-se o A. de uma gramática hermenêutica para entender como nessas culturas as pessoas viviam o cotidiano à luz de uma realidade mais profunda, última, sagrada.

Sobre tais textos faz pertinente, clara e bem elaborada reflexão sobre mitologia, mito, símbolo, metáfora. A grande metáfora dos relatos tradicionais é a “mãe fértil” ou o “pai amoroso”, segundo a qual as pessoas percebiam a vida ordinária como dependente dela. Não se trata de nada muito original, mas extremamente didático e bem fundamentado. O livro está realmente bem fornecido em citações longas de autores diversificados, revelando por parte do A. domínio amplo do assunto.

A segunda narrativa é a leitura secularizante, da modernidade iluminista, que encontra em Descartes — várias vezes citado como protagonista — expressão significativa. Seculariza, desmitifica a leitura anterior, transformando o mundo num objeto a ser dominado, separado do sujeito espiritual, manipulado pelo ser humano, que é entendido como seu senhor. Tal relato científico permitiu o avanço das ciências, mas trouxe um encurtamento da dimensão espiritual do ser humano. O livro é uma crítica desse reducionismo moderno e uma proposta nova, baseada na cosmologia contemporânea e sua dimensão espiritual.

Com efeito, o livro dedica praticamente a sua maior parte a esta nova narrativa, elaborada pela cosmologia contemporânea. Aqui está a sua novidade. Mostra a profunda ligação entre essa nova cosmologia e uma compreensão espiritual. Nesse contexto de oposição entre o relato moderno da ciência

cartesiana e o da cosmologia contemporânea, trata do tema da existência de Deus, do sentido de transcendência, do significado da vida nova (vida transformada). O A. expõe num dos capítulos, de maneira brilhante e concisa, esse relato das ciências modernas (naturais e humanas), baseado especialmente na física quântica, astrofísica, geologia, biologia, ecologia, psicologia. O capítulo sobre a “nova cosmologia” serve de excelente introdução para quem quer adentrar-se nessa nova perspectiva científica. Consegue expor com clareza os princípios basilares de tal cosmologia.

O A. dá muita importância a experiência da Transcendência, sobretudo sob a forma do maravilhoso (*wonder*), mostrando a diferença em relação à perspectiva da prova da causalidade. Na base do maravilhoso, está o “respeito pelo milagre do ser”. No fundo, é a experiência arquetípica: “por que existe, existe”. Dedicar todo um capítulo para enuclear a experiência do maravilhoso, recorrendo à fenomenologia existencial.

Explicita também muito bem os dois contextos diferentes que permitem uma preocupação com a prova da existência de Deus e a busca de uma experiência do Transcendente. A nova cosmologia favorece a segunda maneira de aproximar-se de Deus. Em dado momento, faz a afirmação provocativa, mas absolutamente correta. “Deus não existe, ele é a existência”. Dedicar longas páginas referentes à dimensão de mistério, de “ser” de Deus.

Merecem ser valorizados os pequenos resumos, muito bem feitos, que o A. introduz em vários capítulos depois de uma longa explicitação do tema. Sente-se a preocupação com a clareza e didaticidade, o que valoriza muito a obra.

Ela se situa na perspectiva de uma nova compreensão da relação entre Deus e mundo. Busca numa visão pan-en-teísta um caminho que se afasta tanto do transcendentalismo tradicional quanto do panteísmo insinuante. Citando V. Havel e muitos outros, o A. crê que nossa tarefa hoje é descobrir um sentido espiritual da "realidade mais ampla" ou da "ordem metafísica" a que pertencemos. A tragédia da vida moderna é que reprimimos e suprimimos qualquer idéia ou experiência de uma realidade transcendente a nós mesmos que podia prover um sentido maior e mais inclusivo para nossas vidas. Perceber o "milagre de ser" que envolve todas as coisas é ir além dos confins fechados, niilistas e degradantes de nossas sociedades modernas, tecnológicas e consumistas e encontrar um papel e destino humanos com sentido dentro da natureza

como um todo. Isso buscavam os mitos tradicionais. A narrativa moderna fez-nos perder tal compreensão. Cabe redescobri-la à luz da nova "narrativa" científica da história da evolução, elaborada nas últimas décadas, de significado científico e espiritual. De fato, a nova cosmologia torna possível perceber o maravilhoso, inexplicável e milagroso poder-para-ser (*power-to-be*) de tudo o que existe. O encontro com essa visão leva-nos a uma transformação de vida e comportamento no nível individual e social e a uma abertura e compaixão em relação a toda a criação. O livro coloca-se destemidamente na linha de explicitar esta perspectiva. Por isso, é muito bem-vindo.

João Batista Libanio SJ

GUÉHENNO, Jean-Marie: *L'avenir de la liberté: La démocratie dans la mondialisation*. Paris: Flammarion, 1999. 222 pp., 21 X 13, 5 cm. ISBN 2-08-211579-8.

Advogado de profissão, dedica esse livro a analisar onde se realiza a verdadeira luta democrática. Ele suspeita do triunfalismo que se seguiu à queda do comunismo. Uma democracia satisfeita é uma democracia ameaçada. Distingue, logo de início, uma democracia considerada como técnica, como método de limitação de poder, como preocupação com a liberdade do indivíduo (liberdade dos modernos) e uma democracia como valor, como experiência partilhada de poder, como ambição de formar uma comunidade política (liberdade dos antigos). Não quer opô-las embora se valorize muito a segunda. Ambas liberdades são inseparáveis. Democracia como valor é recordar a afir-

mação do bem comum, o dever de todos participarem na vida pública. O idiota para os atenienses era quem se devotava à vida privada e nobre era participar como homem livre na vida da cidade. Os modernos vêem a democracia como defesa contra autoritarismos a que a liberdade dos antigos poderia chegar. Por isso, são necessárias as duas liberdades e as duas faces da democracia. A democracia do voto, da maioria sem uma comunidade humana pode destruir a própria democracia, se lhe falta a base de comunidade política. Nas democracias adormecidas do mundo desenvolvido, o poder se torna difuso, menos controlável de modo que a liberdade humana é ameaçada,

menos pelo abuso de poder do que por sua indeterminação.

O mercado global não cria comunidade global. Está a acontecer uma “des-intermediação” política à semelhança do mundo econômico — o banco coloca o investidor e tomador de empréstimo em contacto direto sem assumir os riscos — possibilitada pela revolução tecnológica. Desaparecem as estruturas intermediárias entre as pessoas e a globalidade do mundo de modo elas se defrontam com a globalização num sentimento de embriaguês e/ou de angústia. Essa análise o A. já a fizera em obra precedente (*La fin de la démocratie*, Paris: Flammarion, 1995).

No presente livro o A. pretende definir as novas condições da democracia na mundialização. Como construir nela as comunidades políticas do futuro?

A mundialização nos faz órfãos de uma comunidade herdada. Devemos construí-la. Passar de um mundo de comunidades de memória para um mundo de comunidades de escolha é uma liberdade pesada de suportar e para a qual estamos mal preparados (p. 16). Daí as fugas: no comunitarismo, na xenofobia, na tirania.

Além disso, modificaram-se as condições técnicas do funcionamento da democracia: as comunidades humanas já não se definem por uma lógica unicamente territorial, os círculos do poder, seu campo de aplicação e suas modalidades de controle não são os mesmos. Devem-se redefinir a liberdade dos modernos — conjunto de regras e procedimentos que garantem a liberdade dos indivíduos — e a dos antigos — construção de um espaço público de encontro dos cidadãos.

Para responder a tais perguntas e definir a luta democrática hoje

deve-se analisar o significado do mercado apresentado frequentemente como matriz e modelo das comunidades futuras, estudar os efeitos concretos da desintermediação política sobre as instituições públicas. Por que o mercado mundial não constrói uma comunidade mundial quando as pessoas se encontram num terreno comum de concorrência? Quais as consequências para o Estado, o tradicional braço das comunidades políticas, num contexto em que as pessoas estão numa face-a-face com a globalidade?

Como se vê o livro trata de questões sumamente interessantes. Divide-as em três grandes blocos: a desintermediação política, os novos territórios da política e os cidadãos da mundialização.

No primeiro bloco sobre a desintermediação, estuda o mercado com toda sua ilusão, a concorrência como realidade-valor universal, o futuro do Estado e a democracia direta. A política modifica seu campo. A desintermediação embaralhou não só as fronteiras territoriais dos Estados-nações e mas também a distinção entre os interesses públicos e privados, cessando de ser monopólio do Estado a gestão dos interesses públicos. Novos espaços públicos, escapando à lógica nacional, aparecem e se interpõem entre uma mundialização abstrata e os indivíduos fechados na sua solidão. A própria natureza do poder muda e impõe-lhe novos modos de controle.

No segundo bloco, consagrado à exploração dos novos territórios da política: a empresa, o interesse geral e interesses públicos, o saber e poder, a transparência e o segredo, as comunidades virtuais e comunidades políticas. A questão é de ver como a partir desses novos espaços públicos construir comunidades políticas, articulando

do a liberdade dos modernos — cidadãos consumidores da mundialização — e a dos antigos — experiência de uma comunidade política.

Finalmente, no terceiro bloco, pergunta-se como inventar os cidadãos da mundialização. Aborda a questão das comunidades de escolha e de memória comparando a democracia americana e europeia. Pois a democracia americana quer ser uma comunidade de escolha, enquanto as democracias europeias reconhecem a importância das comunidades herdadas. Nem uma das duas é resposta cabal aos desafios da mundialização. A experiência política nova em que se engajou a Europa tem um significado que supera a Europa. Pode ajudar os homens a reconciliar as exigências da mundialização com a necessidade de enraizamento nas comunidades particulares, fabricando não pessoas de uma utopia global — seria totalitária —, mas de comunidades particulares, em parte herdadas, em parte construídas, nas quais se reconhecerão. Nada de destruir as comunidades particulares em benefício da utopia totalitária de uma comunidade universal. São ilusões de cientistas. Sem dúvida, a evolução con-

temporânea parece pôr fim às construções institucionais herdadas do Renascimento e da Ilustração, ao Estado-nação e às formas tradicionais da soberania democrática. No entanto, não dita nenhuma ordem política que dispense o trabalho construtivo de novas instituições adaptadas a seus destinos particulares por meio da nossa razão. É tempo de colocar em dúvida a ideologia do mercado e as respostas que ela oferece à questão da democracia. O livro termina com um pequeno capítulo sobre o futuro da liberdade.

É um livro muito rico em reflexões e informações sobre os temas indicados acima. O A. manifesta excelente conhecimento da matéria, capacidade e clareza de comunicação. Nas avaliações críticas, mostra equilíbrio, expondo os prós e contras das posições. Com muito sentido de realismo, coloca o leitor diante dos fatos com toda a sua crueza. Deixa espaço para ulteriores reflexões e debates. Cada tema merece realmente ser discutido.

João Batista Libanio SJ

FLORISTÁN SAMANES, Cassiano – TAMAYO-ACOSTA, Juan-José (dirs.): *Dicionário de Conceitos fundamentais do Cristianismo*. Tradução da edição espanhola de 1993 por Isabel Fontes Leal Ferreira e Ivone de Jesus Barreto. São Paulo: Paulus. 1999. 917 pp., 23,5 X 16 cm. (Série Dicionários) ISBN 85-349-1298-X.

A editora Paulus oferece-nos na tradução portuguesa uma obra relevante que apareceu na Espanha em 1993. Não se trata de recensá-la aqui, mas simplesmente de chamar a atenção do leitor brasileiro para mais esse instrumento de trabalho no campo teológico.

Num mundo que nos inunda de informações os dicionários temáticos se tornam cada vez mais importantes quando feitos com seriedade e competência. A natureza, os temas, os colaboradores desse dicionário de conceitos fundamentais do Cristianismo recomendam-no.

A natureza do dicionário: são artigos razoavelmente amplos, o que faz, portanto, necessária uma boa seleção de temas. O título já indica que não se trata de um dicionário de muitos verbetes de breves informações, mas de elaboração sucinta de temas fundamentais do Cristianismo. O francês diz que quem tem a escolha, tem a cruz. A escolha dos temas pode sempre ser criticada pelo que falta e pelo que sobra. Mas é inevitável que se selecionem os assuntos quando o quadro geral é o Cristianismo. No entanto, algumas ausências podem ser mais sentidas. O título do dicionário menciona o termo "Cristianismo". E não há nenhum verbete especificamente sobre ele, nem sobre cristandade, nem sobre o fato cristão. Tal se faria necessário para situar o próprio dicionário. E uma outra ausência importante se refere ao "pentecostalismo" e ao atual fenômeno religioso que mereceriam um tratamento e não ser apenas tocados no verbete "seitas" ou brevemente em outros lugares.

Em geral, os temas estão muito bem escolhidos e cobrem realmente bem o espaço do Cristianismo. O leitor encontra no dicionário os temas mais relevantes em torno da realidade cristã.

Os verbetes são escritos por autores diferentes, refletindo uma natural desigualdade. Uma impressão geral é de que os autores espanhóis, embora mostrem especial atenção à problemática da América Latina, desconhecem a literatura teológica brasileira que não foi traduzida. Assim, por exemplo, o artigo sobre religiosidade popular não conhece a obra de R. Azzi e de Pedro Assis Ribeiro de Oliveira, que são marcos referenciais nesse estudo com posições originais e consistentes, sem

falar da literatura sobre a religiosidade negra. Poderíamos multiplicar os exemplos.

Os autores são na sua imensa maioria espanhóis. Há alguns da América Latina espanhola e dois brasileiros (L. Boff e H. Assmann). Desta maneira, o dicionário reflete o mundo teológico da Espanha. São autores que naturalmente conhecem bem a literatura dos outros países europeus, aliás abundantemente citada. Conhecem bem menos a literatura do outro lado do oceano, posto se perceba nos organizadores da obra uma sensibilidade para a teologia da libertação e temas de nosso universo sócio-cultural. Há verbetes que refletem bem tal interesse e algumas abordagens aludem a essa literatura.

Esse dicionário constitui mais uma excelente obra de consulta. Serve altamente para introduzir as pessoas nos assuntos trabalhados, oferecendo sínteses claras e suficientemente amplas. O nível de informação reflete a competência dos autores, nomes conhecidos e reconhecidos na literatura teológica e afim.

Quanto à tradução, não se teve a preocupação de conferir a existência, em português, de citações feitas em espanhol. Até obras escritas em português são citadas em espanhol, sem que as tradutoras o indicassem. Naturalmente tal conferência seria um trabalho ingente, mas certamente facilitaria um leitor menos adentrado no universo bibliográfico teológico.

É uma obra que se faz necessária em toda biblioteca dos Institutos teológicos permitindo aos alunos um fácil acesso a temas da atualidade trabalhados com seriedade e rigor.

*João Batista Libanio SJ*

KONINGS, Johan. *Evangelho segundo João: Amor e fidelidade*. Petrópolis: Vozes / S. Leopoldo: Sinodal, 2000. 452 pp., 21 X 13,5 cm. ISBN85.326.2305-0.

Ao falarmos de exegese joanina no Brasil, o nome que logo ocorre é o de Johan Konings. Com razão: sua familiaridade com o IV Evangelho vem de longa data, desde a tese de doutorado (*A narrativa joanina no quadro da crítica literária*, Lovaina 1972), passando por diversas obras de divulgação, até *Evangelho segundo João: Amor e fidelidade*, editado em 2000 por Vozes e Sinodal. Duas características têm marcado a atuação do Autor. Primeira: seu espírito eclesial; para ele, comunidade, liturgia, bíblia e catequese sempre andam juntas. Segunda: a capacidade de valorizar exegese competente com boa comunicação. Significativamente, este seu livro mais recente sai na coleção "*Comentário Bíblico*", que se propõe comentar os escritos de maneira séria mas sem academicismos, para atingir também pessoas engajadas, sem uma formação bíblica superior. Os comentaristas procuram aprender sempre de novo, nos meios populares, a repensar as prioridades; ir ao essencial, para além da letra, buscar a vida. Não é fácil, com pouco espaço para justificar as próprias opções exegéticas, atingir, sem choques desnecessários, pessoas de culturas e escolaridade diferentes. O A. é o homem certo para esta tarefa.

O plano do livro tem poucas novidades. O *Prefácio*, de apenas uma página, declara, em grandes linhas, objetivos e método da obra; de tão breve, tem a rara chance de ser lido pelo usuário. A *Introdução* ocupa 67 páginas, mais da metade dedicadas ao evangelho em seu contexto. *Texto e comentário* seguem a repartição clássica: Entrada (mais conhecida

como Prólogo), Livro dos Sinais, Livro da Glória, e Epílogo (cap.21). A perícopes da mulher adúltera é analisada à parte. No fim, um *Vocabulário histórico e exegético* de 18 páginas traz 65 pequenos verbetes, preciosos pela sabedoria e senso do essencial.

A tradução do Evangelho é a da CNBB (coordenada pelo próprio A.), com retoques, quando oportunos. Em Jo 1 o *Verbo* passa a ser a *Palavra*. No Livro da Glória, em vez de *elevado* temos *enaltecido*. Em 6,5, *onde vamos comprar* passa a ser *de onde vamos conseguir*, recuperando a palavra-chave joanina *donde*. Em 19,13 é Pilatos que *se sentou*, não Jesus (é boa a respectiva nota 27). *Para que não vos escandalizeis* de 16,1 passa a ser *para que vossa fé não fique abalada*. Várias vezes a tradução conserva a expressão usual, mas é parafraseada no comentário. Assim, "*aquele que Jesus amava*" é seu "*homem de confiança*"; estar recostado "*no regaço*" de Jesus, significa estar "*bem pertinho*" dele; o *jardim* de 18,1 é um *sítio*. Os exemplos poderiam multiplicar-se; são outros tantos sinais de sensibilidade por comunicação adequada. Para o leitor que não tiver curso superior alguns textos são difíceis: o primeiro parágrafo da p. 67 (não só por causa do "platonismo médio"); o 4.2 da p. 69; a p. 83 quase toda; expressões técnicas como "passivo teológico" (p. 104), "profetas anteriores" (p. 264), YHWH (p. 336); o primeiro parágrafo do box da p. 427.

Cá e acolá a tradução será discutível. Em 2,4 (as bodas de Caná), *que desejais de mim?* transforma em ob-

sequiosa oferta de ajuda uma expressão que, embora com nuances, sugere divergência ou distanciamento; como diz o comentário, "Jesus parece resistir à sugestão de sua mãe". Em 3,10 (Nicodemos), *tu és mestre em Israel*, atenua o original: [entre nós dois, oficialmente,] *o mestre de Israel és tu!* Em 8,31, "*os que tinham acreditado*" parece preferível a "*os que tinham passado a crer*", que insinua que eles ainda eram crentes (idem às pp. 215ss: *tinham sido* [não eram] crentes). Às pp. 248s, melhor falar em *reanimação* que em *ressurreição* de Lázaro. Em 12,14 o contexto sugere sentido adversativo para a partícula grega *de*, estabelecendo forte contraste: *mas* Jesus... Em 20,28, na profissão de fé de Tomé, falta o importante *lhe*.

O A. não visa só esclarecer: dada a ocasião, gosta de alargar os horizontes do leitor. Para isto, distribui ao longo do livro 62 breves excursos, numerosos quadros e detalhes interessantes; (mas fica devendo o porquê da pomba em 1,32); bem como, esquemas (pp. 40.193.248), quadri-nhos (pp. 329 e 359!) e tabelas. Muito oportuna a comparação gráfica entre a cronologia dos últimos dias de Jesus nos Sinóticos e em João; para maior clareza, sugiro que o quadro seja simplificado. Em termos de *pedagogia pastoral*, valham duas amostras: o lembrete sobre "a coragem de traduzir a linguagem da fé para novos tempos e novos ouvintes" (p. 24); e a explicação do que significa o "cumprimento das Escrituras" (p. 25). Quanto à *teologia joanina*, muito haveria a salientar: na Introdução, as seções sobre a índole própria do IV Evangelho (pp. 55-64) e a alternativa cristã segundo João (65-68); o destaque dado a palavras-chaves aparentemente inócuas como *de onde* e *permanecer*; as páginas sobre o Es-

pírito Santo (pp. 315-318); principalmente, a insistência em ver o cristocentrismo de João como sendo, em última análise, um vigoroso teocentrismo, cf. pp. 60.62.242 a 245; p. 172 (aqui, em vez de remeter para a Introdução, § 5.1.3, não seria melhor citar §§ 3.3.5 e 3.3.7?). Merecem ser citadas, ainda, as *breves observações* que, ao longo do livro, abrem todo um leque de impulsos. Apenas um exemplo: corrigindo uma tendência moralista bastante comum, o A. insiste que o "indicativo" da graça de Deus sempre precede o seu "imperativo" (p. 291; também pp. 296.330). É um dos princípios básicos da exegese judeu-cristã, salientado por Bultmann (eu dispensaria a nota 1 sobre Bultmann, (p. 82) e, ecumenicamente, o citaria aqui).

Mais que outros livros, o Quarto Evangelho é uma "leitura sem fim" (p. 8): é como um hipertexto, todo feito de conexões, sempre aberto a novas paisagens. Neste sentido, o comentário do A., amadurecido durante anos de pesquisa e ensino, tem a cara do evangelho que comenta: é instigante, e não só para marinheiros de primeira viagem. Suscita *questões* de diversas ordens, que merecem mais espaço que o de uma recensão. Limite-me a elencar algumas.

1. O exegeta-comentador do IV Evangelho enfrenta uma difícil opção prévia: como situar-se diante da linguagem fortemente *simbólica* do João? Que parâmetros temos para respeitar a mentalidade semitohelenística de João sem cairmos em fantasias descabidas? Entre os autores, encontramos um amplo leque de abordagens, desde a leitura à luz do judaísmo de F. MANNS, passando por comentários tipicamente ocidentais com moderado apelo ao simbólico,

como os de R.E. BROWN e B. MAGGIONI, até o recurso mais amplo à leitura simbólica, à maneira de MATEOS / BARRETO (que, para BROWN, “constroem castelos no ar”, cf. *Biblica* (1982) 291) ou, na outra vertente, a leitura germanicamente mais racional de um Jürgen BECKER. O A. adota, a meu ver sabiamente, a linha balanceada do tipo BROWN e MAGGIONI.

2. A questão da *linguagem teológica*. Estamos vivendo uma crise das epistemologias, com a conseqüente revolução lingüística. Como traduzir hoje as vigorosas profissões de fé formuladas na comunidade joanina, para que expressem de maneira nova a mesma fé? Termos há longa data consagrados costumam revestir-se de uma aura de reverente mistério que não pode ser desprezada; merecem ser conservados enquanto ajudarem a vivenciar o mistério da fé, não mais que isto. Assim, como vimos, em vez de *Verbo*, o A. usa *Palavra*. Nesta mesma lógica, porém, por que não expressar de outra maneira que a *Palavra se fez carne* (1,14)? Como professar hoje que Jesus está presente entre os seus graças ao Espírito? E a relação de Jesus com o Pai? E a questão da linguagem “de dentro”? Claro, entre católicos é legítimo este jogo lingüístico *sui generis* que é a “comunicação dos idiomas”. Temos um exemplo à p. 83: “num nível que precede a criação, Jesus [...] participou com Deus na criação...”. Acontece que Jesus é o nome da Palavra que se fez fraqueza humana em determinado momento da História; para evitar desnecessárias incompreensões e até problemas de fé, em vez de *Jesus*, não seria melhor dizer que a *Palavra* participou..., como faz o Prólogo?

3. Especial discernimento pastoral merecem os *textos bíblicos*

“*decepcionantes*”: gostaríamos que fossem todos bem humanos, libertadores — segundo nosso modo de pensar —; mas nem sempre é assim. Tomemos o caso da *fraternidade* em João. O IV Evangelho urge o amor mútuo entre os membros da comunidade: é a grande prova do discipulado; dá coesão ao grupo; é testemunho e convite a que também outros adiram a este discipulado. Mas estamos longe do amor ao “outro”, ao diferente e até inimigo, de que fala Mateus. O A. admite que Jo insiste no amor mútuo “*ad intra*” (pp. 42.54ss.60s.64s.74 e 326 nota 24); mas hesita em problematizar esta limitação. Não fiquei convencido de que “o aprofundamento que [Jo] produz /.../ nos prepara muito bem para o diálogo com as religiões e mundivivências de hoje, porque João vai ao essencial” (p. 53). Prefiro as ponderações da p. 74. Pergunto: seria oportuno dar mais um passo, chamando a atenção para o quanto esta restrição, mesmo contextualizada, é chocante? Esta transparência não poderia abrir perspectivas notáveis para o amadurecimento do cristão adulto? Temos algo de semelhante na resposta de Jesus à sua mãe em Caná. Já comentamos a discutível tradução de Jo 2,4. Entretanto, o A. dá uma excelente pista para aprofundar o vigor querigmático deste texto, a meu ver até como corretivo de certa *mariologia light*.

4. *O nó do conflito*. O cristianismo separou-se do judaísmo em clima fortemente polêmico. Ora, numa polêmica, a prudência manda ouvir os dois lados. As fontes, tanto judaicas como cristãs, têm que passar pelo crivo da contextualização na complexa história da época. O A. tem este cuidado. Repetidas vezes ele acentua não só o conflito, mas sua centralidade no IV Evangelho, principal-

mente nos caps. 5-12. Como eixo do desentendimento o A. aponta de um lado as grandes instituições do judaísmo de Jâmnia, o Templo e a Torá, do outro Jesus Cristo que, para seus discípulos, as substitui em sua pessoa. Do Templo e seu culto o A. fala com freqüência, lembrando também o “pensamento do Templo”, tão atuante no judaísmo proto-rabínico depois do fatídico ano 70. Há um aspecto da Torá, porém, normalmente esquecido pelos autores cristãos: o da *Torá Oral*. No judaísmo, até hoje, a Torá compreende as Escrituras (*Torá shebiKhtav*) e, pelo menos de igual importância, a Torá Oral (*Torá shebe al pe*). Esta representa a ininterrupta corrente de sábios interpretes, a tradição viva que, como a Escritura, remonta a Moisés; no séc. I está sob a responsabilidade dos mestres fariseus, que interpretam e atualizam a Torá Escrita em forma de leis. É com esta Torá Oral (ainda em formação, mais tarde redigida) que a comunidade joanina rompe ostensivamente: em seu lugar coloca Jesus Cristo, o enviado plenipotenciário do Pai; com ele começa uma nova “tradição oral” (mais tarde redigida). Ou seja: para a comunidade joanina, Jesus desbanca a figura central do judaísmo, Moisés, e toda a Torá Oral, sem a qual a Escritura e o culto perdem seu referencial. O A. é dos raros autores cristãos que apresentam ao grande público este fundamental quadro hermenêutico; apenas, a meu ver, poderia ser mais incisivo. Lembra que a Torá é escrita e oral; explicitamente, porém, só o diz uma vez, entre parênteses (p. 56); duas outras vezes o fato é comentado brevemente (pp. 25s e 280), mas sem explicitar que se trata da Torá Oral; no Vocabulário não o menciona. Por ser este o nó do conflito, senti falta de um enfoque específico, menos fragmentário, com

mais realce; por exemplo, quando do judaísmo sinagoga (pp. 45s) e no Vocabulário (Guerra judaica — Rabi / Rabínico — Torá). Tal aprofundamento, mesmo sucinto, ajudará a compreender a resistência dos judeus a uma mudança tão radical, justamente no período de sua grande crise de identidade. Ajudará também a percebermos que nossas costumeiras categorias fé/recusa são mais complexas do que parece. Por tudo isto, eu não diria que o divisor de águas entre João e o judaísmo formativo dos mestres são os deutero-canônicos (pp. 25s): nestes, mais que o divisor de águas eu veria uma sua consequência. O divisor de águas é a autoridade da Torá Oral e de seus mestres.

Estas reflexões nos levam ao que me parece um dos principais méritos do livro em análise. Como o A. deixa claro, o IV Evangelho não é nem podia ser antijudaico; mas foi habitualmente lido como tal. Deste modo, por dois mil anos, Jo foi talvez o livro que mais alimentou o antijudaísmo no mundo ... até hoje. Muito oportunamente o A. nos brinda com uma obra que respira um clima ao mesmo tempo de fidelidade ao projeto de Jesus Cristo e de compreensão do “outro”. Para nossos agentes de pastoral, é uma lufada de ar puro no meio de tanta pseudo-informação e malhação do judaísmo. Vale frisar que não é só o judaísmo que está em questão: é a nossa atitude em relação ao “diferente” em geral; é nossa capacidade de “descentramento” (interessante a breve indicação no fim do n.2, p.46; também 49).

Esta nova mentalidade provocará beneficentemente novos desdobramentos: é justo avaliarmos negativamente todos os judeus que não aceitaram o Jesus Cristo proposto de maneira tão polêmica pela comunidade joanina? Não seria preciso

reavaliar também as estratégias, tanto dessa comunidade como de Jâmnia? Compreender o quanto houve de resistência nos dois lados?

Por fim, um desiderato e três sugestões. O *desideratum*. Volta a crescer o número de agentes de pastoral e seminaristas que estudam hebraico e grego. Seria oportuno que biblistas, hebraístas e helenistas procurassem pôr-se de acordo a respeito da transcrição de palavras hebraicas e gregas.

As *sugestões*. 1. Nas suas 452 páginas, o livro é um repertório riquíssimo de informações e impulsos; um índice analítico aumentaria o aproveitamento desta riqueza. 2. Dada a impossibilidade de estender-se sobre aspectos importantes do contexto histórico do evangelho, não seria bom indicar algumas obras bá-

sicas capazes de suprir a lacuna? 3. Os itens 2 a 4 da Introdução (pp. 16-70) adiantam ou resolvem problemas que o leitor ainda não tem, enquanto atrasam a alegria do contato direto com o texto do evangelho. Não seria melhor deixar para o fim do volume tudo o que não for indispensável para a compreensão do texto?

Extrapolei os limites de uma recensão. Em grande parte, a culpa é do A.: seu livro é tão seminal, que o leitor se vê provocado a sempre novos desdobramentos. Recomendamos a obra a quantos têm a coragem de se desinstalar seguindo o itinerário de fé traçado por João, mas com estratégias e horizontes sempre novos.

Wolfgang Gruen SDB